

MP

é acionado para barrar corte de 126 árvores do Bosque



Área verde centenária, Bosque dos Jequitibás é patrimônio ambiental da cidade

Comdema aponta possível descumprimento de lei e falta de acesso a laudos técnicos

Por Moara Semeghini

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas acionou o Ministério Público e recomendou à Prefeitura de Campinas a suspensão imediata do plano que prevê a supressão de 126 árvores no Bosque dos Jequitibás. A medida foi anunciada nesta quinta-feira (9) e aponta possível descumprimento de legislação municipal, além de falta de transparência no processo.

Segundo o conselho, a administração municipal teria conduzido o plano sem submeter a proposta à análise do colegiado, o que, na avaliação do órgão, compromete a legalidade do procedimento. Ao explicar o problema, o presidente do conselho, Tiago Fernandes Lira, afirma que a legislação municipal é clara ao estabelecer o papel do colegiado na política ambiental da cidade. Segundo ele, o Comdema não atua apenas na aprovação final

de projetos, mas também na formulação e acompanhamento de planos e programas. “A Prefeitura não pode desenvolver um plano para o Bosque sem que ele passe pelo conselho. Isso, por si só, já é ilegal”, afirma.

Lira acrescenta que a ausência de encaminhamento compromete todo o processo. “O conselho é o órgão central da gestão ambiental do município. Como se autoriza o corte de 126 árvores sem submeter ao órgão responsável? Em tese, não há licença”, diz. O presidente do Comdema também questiona a ausência de documentação técnica detalhada. Segundo ele, não houve apresentação de laudos individualizados nem durante a análise no Condepacc. “Não houve discussão sobre laudos nem apresentação de documentos técnicos árvore por árvore. A gente sequer sabe se esses laudos existem de fato”, afirma.

Para o presidente do Comdema, a falta de formalização compromete

a validade do processo. “No mundo jurídico, o que não está no papel não existe. Para o conselho, esses laudos não existem porque não foram apresentados.” O presidente do conselho também lamenta que o caso tenha sido levado ao Ministério Público, afirmando que o ideal seria que a discussão ocorresse dentro do próprio colegiado.

Segundo ele, o papel do Comdema é justamente participar da formulação de políticas públicas ambientais. “A gente gostaria de estar discutindo tecnicamente o plano, mas ele sequer foi encaminhado ao conselho”, afirma.

Ele acrescenta que a ausência de participação compromete o modelo de gestão ambiental previsto na legislação municipal, que garante a atuação de conselhos como instâncias de controle e participação social.

Para José Hamilton de Aguirre Junior, engenheiro florestal e agrônomo, mestre em arborização

urbana e membro do Comdema, a ausência do colegiado no processo compromete a confiabilidade da decisão. “Tira a lisura e coloca em dúvida o processo de licenciamento, já que é papel legal do conselho participar de decisões como a supressão de árvores em área tombada”, afirma. Aguirre Junior ressalta que, sem acesso aos laudos individualizados, não é possível confirmar a necessidade do corte. “O processo não é claro nem transparente. Os laudos precisam ser públicos e analisados pelo colegiado”, diz.

Outro ponto de crítica é a compensação ambiental prevista no plano, que estabelece o plantio de uma árvore para cada exemplar suprimido.

De acordo com José Hamilton, o índice está abaixo do que prevê a legislação municipal. Ele cita o Decreto nº 18.108/2013, que estabelece compensações mais rigorosas. Segundo ele, em casos como o do

Bosque dos Jequitibás, área tombada e ambientalmente sensível, a reposição mínima pode chegar a 25 mudas por árvore, ou até 50 em casos específicos. “A proporção de 1 para 1 está muito abaixo do esperado”, afirma. O Comdema também aponta riscos ambientais associados à supressão em larga escala. O corte de árvores em um fragmento urbano isolado, como o Bosque, pode afetar o equilíbrio ecológico, a fauna e a cobertura vegetal da área.

Em nota, a Prefeitura informou que não há obrigatoriedade de submeter o plano ao Comdema, com base na Lei nº 11.571/2003.

Segundo a administração, por se tratar de área tombada, o processo exige autorização do Condepacc e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, sendo que o primeiro já aprovou o manejo e o segundo ainda analisa o caso.

Pane no controle aéreo impacta 78 voos no Aeroporto Internacional de Viracopos

Paulo Pinto/Agência Brasil

Uma pane no sistema de controle de tráfego aéreo na região de São Paulo provocou atrasos e cancelamentos de voos no Aeroporto Internacional de Viracopos, na manhã desta quinta-feira (9). De acordo com a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, os pousos e decolagens no terminal foram temporariamente interrompidos entre 9h e 10h08, após a paralisação no controle aéreo da chamada TMA-SP (Área de Controle Terminal de São Paulo), localizada na capital paulista.

Até as 15h45, o aeroporto registrou 24 atrasos em voos de chegada e 40 em partidas. Também foram cancelados 6 voos de chegada e 8 de saída, totalizando impacto em 78

operações.

Em nota, a concessionária informou que, assim que foi comunicada sobre o problema, acionou todos os protocolos de contingência para reduzir os efeitos da paralisação. Entre as medidas adotadas estão o reordenamento da malha aérea e o apoio às companhias para reorganização dos embarques.

Segundo a Força Aérea Brasileira, responsável pelo controle do espaço aéreo, a falha ocorreu no Centro de Aproximação de São Paulo, setor que coordena o tráfego aéreo na região. O problema causou a suspensão temporária das autorizações de decolagem em aeroportos paulistas, como medida de segurança operacional.



Falha provocou cancelamento de pousos e decolagens

A FAB informou que as operações já foram normalizadas e que o caso será investigado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), que vai apurar as cau-

sas da instabilidade no sistema.

O episódio também afetou outros terminais, como o Aeroporto de Congonhas e o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, além do Ae-

roporto Campo de Marte. No Rio de Janeiro, o Aeroporto Internacional Tom Jobim chegou a receber voos desviados durante a pane. A Agência Nacional de Aviação Civil e o Ministério de Portos e Aeroportos informaram que monitoram os impactos na malha aérea, incluindo possíveis reflexos ao longo do dia, e trabalham em conjunto com o Decea para garantir a normalização completa das operações. Passageiros que tiveram voos afetados devem procurar as companhias aéreas para remarcação ou reembolso, conforme as regras vigentes da aviação civil.

Com informações da Agência Brasil e da Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos